


Desafios para ampliar o acesso à educação superior para comunidades quilombolas

Challenges to expand access to higher education for quilombola communities

 Antônio Marcos Pantoja dos Santos *
Danilo Nelson Santos Miranda **
Zuila Carvalho dos Santos ***

Recebido em: 19 maio 2024
Aprovado em: 18 nov. 2024

Resumo: O estudo explora a educação quilombola no Brasil, destacando as barreiras enfrentadas pelas comunidades quilombolas em termos de educação básica e acesso ao ensino superior. São levadas em consideração a falta de infraestrutura educacional, a falta de professores qualificados, a falta de políticas educacionais específicas e a importância da preservação da cultura quilombola. Enfatiza-se a necessidade de políticas educacionais inclusivas e culturalmente adequadas, bem como a participação efetiva da comunidade na criação e implementação dessas políticas. O artigo destaca a necessidade urgente de garantir uma educação de qualidade que reconheça e valorize a identidade e o conhecimento da comunidade quilombola, com o objetivo de superar os desafios históricos e as estruturas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação Quilombola. Educação básica. Educação superior. Cultura tradicional.

Abstract: The study explores Quilombola education in Brazil, highlighting the barriers faced by Quilombola communities in terms of basic education and access to higher education. It considers the lack of educational infrastructure, the shortage of qualified teachers, the absence of specific educational policies, and the importance of preserving Quilombola culture. It emphasizes the need for inclusive and culturally appropriate educational policies, as well as the effective participation of the community in the creation and implementation of these policies. The article highlights the urgent need to guarantee quality education that recognizes and values the identity and knowledge of the quilombola community, with the aim of overcoming the historical challenges and structures of Brazilian society.

Keywords: Quilombola Education. Basic education. Higher education. Traditional culture.

* Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2000), especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade, também pela UFPA (2010), pós-graduado em Gestão e Orientação Educacional pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin – FTED (2013). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Contato: antoniomarcos@edu.se.df.gov.br

** Mestrando em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-MESPT-UnB). Graduado em Economia (Universidade Federal do Pará). Contato: danilomiranda1994santos@gmail.com

*** Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Boas Novas). Graduada em Pedagogia (Universidade Federal do Pará - UFPA). Pedagoga da Secretaria Municipal de Manaus (SEMED). Contato: zuilacarvalho23@gmail.com

Introdução

A pesquisa apresentada neste artigo foca nos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no acesso à educação superior no Brasil. O tema é de extrema relevância, considerando a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão de grupos historicamente marginalizados no sistema educacional.

O estudo aborda questões centrais, como a falta de infraestrutura educacional e a ausência de políticas educacionais que levem em conta a diversidade cultural das comunidades quilombolas. A preservação da identidade e dos saberes tradicionais dessas comunidades é destacada como um elemento essencial para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e culturalmente apropriada.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, na qual foram levantadas informações sobre como ocorre o processo educativo em nível básico em comunidades quilombolas e o acesso dessa população ao ensino superior, apontando quais são as principais barreiras superadas para garantir o direito à educação em todas as etapas.

O objetivo principal é discutir os obstáculos à educação superior para os estudantes quilombolas e propor soluções que promovam a equidade, a permanência e o sucesso acadêmico desses grupos nas universidades brasileiras, buscando, assim, contribuir para a superação das desigualdades históricas no país.

1. Caminhos metodológicos

Diante do desafio de abordar a educação nas comunidades quilombolas, este estudo baseia-se em uma pesquisa básica bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, dado o entendimento dos aspectos subjetivos dos materiais analisados (Sampaio, 2022).

A pesquisa bibliográfica, conforme Boccato (2006), envolve a revisão de literatura para identificar e explorar problemas a partir de referenciais teóricos previamente publicados, permitindo a análise e discussão das diversas contribuições científicas. Pizanni *et al.* (2012) corroboram que a pesquisa bibliográfica fornece subsídios essenciais para a elaboração da introdução, revisão de literatura e discussão em trabalhos científicos.

A pesquisa foi caracterizada também como exploratória, visto que nosso objetivo foi o de ampliar conhecimentos já construídos acerca do acesso de jovens de comunidades quilombolas à educação superior, partindo da ideia de salientar as contribuições dadas para o debate da temática em questão (Marconi; Lakatos, 2010). Assim sendo, conversamos com três jovens oriundos de comunidades quilombolas, sendo uma no interior do estado do Pará e outra no interior do estado do Amazonas. Esses respondentes foram identificados como E1, E2 e E3.

Neste estudo, adotaram-se critérios rigorosos de seleção, considerando a relevância, clareza, objetividade e pertinência dos conteúdos. Foram priorizados trabalhos diretamente relacionados à educação quilombola, seu percurso histórico, as condições de acesso ao ensino superior e a forma como os saberes tradicionais interagem com a produção científica.

2. Educação quilombola: percurso histórico e políticas públicas

A educação quilombola reflete um percurso histórico marcado por lutas e resistência, sendo resultado da trajetória de comunidades que se formaram durante o período escravista. A constituição dos quilombos, conforme Silva (2014), emerge como um ato de resistência ao regime de escravidão, sendo essas comunidades autônomas, espaços de preservação cultural e sobrevivência. O conceito inicial de quilombo, estabelecido pelo Conselho Ultramarino em 1740, limitava-se a uma visão reducionista que não reconhecia plenamente a complexidade social, cultural e política dessas comunidades (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002).

No entanto, os quilombos representavam muito mais do que apenas habitações isoladas; eram espaços de reestruturação social, onde a fuga, a quantidade mínima de moradores e o isolamento geográfico se tornavam características centrais de sua existência, conforme Schmitt, Turatti e Carvalho (2002). Posto isto, entendemos que os quilombos são comunidades formadas por descendentes de escravizados que resistiram à opressão e se estabeleceram em territórios próprios.

Com o advento da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas começaram a ter seus direitos territoriais e educacionais reconhecidos, impulsionando o debate sobre a necessidade de políticas públicas que garantam a preservação de suas tradições e o acesso a uma educação que respeite sua identidade e história.

Assim, a educação quilombola assume um papel fundamental na promoção da equidade, ao mesmo tempo em que visa corrigir as distorções históricas que marginalizaram essas comunidades, permitindo que seus saberes tradicionais dialoguem com o conhecimento científico contemporâneo.

A redefinição do conceito de quilombo e sua relação com a população negra no Brasil, especialmente após a abolição da escravatura em 1888, evidencia um processo histórico de marginalização e resistência. Embora a libertação dos escravos tenha sido um marco legal, ela não resultou em mudanças estruturais para os negros libertos, que continuaram a ser excluídos das oportunidades econômicas e sociais, perpetuando o racismo estrutural (Santos, 2010). O ato de Rui Barbosa de queimar documentos relacionados à escravidão simboliza a tentativa de apagar a memória desse passado opressor, dificultando ainda mais a reparação das desigualdades raciais e a inclusão dos ex-escravizados no contexto jurídico e social brasileiro.

A invisibilização do termo “quilombo” na legislação reflete essa exclusão histórica, que apenas começou a ser questionada de forma mais significativa a partir da década de 1970. Movimentos sociais negros, urbanos e rurais, desempenharam um papel crucial na ressignificação do conceito de quilombo, não mais restrito à fuga de escravos, mas como uma referência à resistência, à cultura e à identidade de comunidades que lutavam por direitos à terra e à dignidade (Santos, 2010). Essa mobilização culminou em uma importante conquista na Constituição Federal de 1988, com o reconhecimento legal dos territórios quilombolas no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Esse dispositivo reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, tornando o Estado responsável por emitir os títulos de propriedade, garantindo-lhes um direito historicamente negado (Santos, 2017).

Assim, a inserção das demandas quilombolas no texto constitucional representa um avanço nas políticas de reparação e inclusão social, embora desafios ainda persistam na efetivação desses direitos. Autores como Almeida (2019) destacam a importância de políticas públicas que assegurem o acesso dessas comunidades à terra e aos recursos necessários para sua subsistência, como um passo essencial para enfrentar o racismo estrutural e promover a justiça social. Essa luta continua sendo vital para a construção de uma sociedade mais equitativa, que reconheça e valorize a contribuição histórica e cultural das comunidades quilombolas.

A visibilidade institucional promovida pela Constituição de 1988 trouxe à tona debates cruciais sobre o conceito de quilombo, ampliando sua compreensão para além da narrativa histórica que o associava exclusivamente à resistência física e geográfica de escravos fugitivos. Leite (2000) argumenta que, embora o Quilombo de Palmares tenha se tornado um símbolo central dessa resistência, era necessário relativizar sua noção tradicional, que o apresentava como uma comunidade isolada e autossuficiente, para incluir a pluralidade de experiências e formas de organização das comunidades quilombolas contemporâneas. Esse resgate e reformulação do conceito de quilombo foi fundamental para legitimar as demandas por regularização fundiária e inclusão social, que não podiam ser entendidas a partir de uma visão limitada ao passado colonial.

O “ato de aquilombar-se”, conforme Leite (2000), assume hoje uma dimensão política e simbólica poderosa, representando a organização coletiva contra qualquer forma de opressão e discriminação, fortalecendo a luta pelos direitos dessas comunidades. Essa noção moderna de quilombo, descrita como um conceito antropológico, reconhece a herança cultural e material deixada pelos antepassados e conecta os quilombolas contemporâneos com um legado de resistência, solidariedade e

pertencimento (Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002). Nesse contexto, a luta pela terra e pelo reconhecimento social não é apenas uma demanda econômica, mas uma reafirmação da identidade cultural e ética que essas comunidades construíram ao longo dos séculos.

A transformação do conceito de quilombo, de uma unidade isolada para um movimento dinâmico e multifacetado, reforça a importância de políticas públicas que reconheçam o papel central das comunidades quilombolas na construção de uma sociedade plural e democrática. Como destaca Almeida (2019), o reconhecimento legal dos territórios quilombolas, conforme estabelecido pela Constituição de 1988, foi um passo essencial para o avanço dessas lutas, mas ainda enfrenta desafios de implementação. A luta contemporânea dessas comunidades pela terra e pelo direito de existir em suas tradições é, portanto, não apenas uma questão de justiça social, mas uma reafirmação contínua de resistência contra os resquícios de opressão e racismo estrutural.

A implementação do Decreto nº 4.887, de 2003, representou um marco na história das lutas das comunidades quilombolas, ao garantir-lhes o direito à terra e à condição de sujeitos de direito no Brasil. Este avanço legal, promovido durante o governo Lula, foi resultado de décadas de reivindicações por parte dessas comunidades, que lutavam pela regularização fundiária e pelo reconhecimento de seus territórios históricos (Brasil, 2003). A regularização foi um passo essencial para que os quilombolas pudessem usufruir plenamente de seus direitos, superando a marginalização imposta historicamente. Além disso, abriu caminho para outras conquistas, como o acesso à educação superior por meio de políticas afirmativas.

As políticas de ações afirmativas, que ganharam grande destaque após a III Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, em 2001, reforçaram o reconhecimento e a valorização das populações negras e quilombolas, permitindo que essas comunidades tivessem maior acesso às universidades públicas e privadas (Jesus; Carvalho; Silva, 2022). Tais políticas visam reparar as desigualdades históricas e raciais, oferecendo mecanismos concretos para a inclusão desses grupos no ensino superior. Além de proporcionarem o acesso, essas ações também se preocupam com a permanência dos estudantes negros, combatendo a evasão e assegurando uma trajetória acadêmica sustentável.

Os movimentos negros tiveram um papel crucial na promoção dessas políticas, articulando demandas que foram reconhecidas pelo Estado. Como afirmam Jesus, Carvalho e Silva (2022), as ações afirmativas se consolidaram como uma ferramenta indispensável para corrigir as profundas desigualdades raciais e sociais existentes no Brasil. Por meio dessas políticas, o ingresso de estudantes quilombolas e negros nas universidades tem se ampliado,

o que contribui para a democratização do ensino superior e para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária. A luta pela permanência e valorização desses estudantes, no entanto, ainda exige esforços contínuos, pois a desigualdade racial permanece um desafio a ser superado.

As políticas de ações afirmativas no Brasil representam uma ferramenta fundamental para combater as desigualdades sociais e raciais profundamente enraizadas na sociedade. Ao promover a igualdade material, essas políticas buscam corrigir os efeitos históricos da discriminação racial, de gênero e de classe, contribuindo para uma inclusão mais ampla de grupos marginalizados no ensino superior (Gomes, 2010). A Lei nº 12.711/2012, que reserva vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas em universidades públicas, é um exemplo concreto desse esforço, ao lado de iniciativas institucionais autônomas que ampliam o acesso desses grupos. No entanto, como apontado por Santos (2009), apesar da abertura para o ingresso, a permanência dos estudantes nas universidades ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo devido às dificuldades econômicas enfrentadas por aqueles provenientes de camadas populares, como os quilombolas.

O acesso ao ensino superior não se resume à entrada nas instituições, mas envolve garantir condições materiais adequadas para a continuidade dos estudos. Santos (2009) destaca que a permanência material dos alunos depende de fatores como alimentação, moradia e transporte, os quais muitas vezes são inviabilizados pelos atrasos nos repasses das bolsas governamentais, como as bolsas permanência. Nesse contexto, Zago (2006) enfatiza que os estudantes de baixa renda, sem uma rede de apoio familiar, são frequentemente obrigados a buscar soluções como residências universitárias ou dividir acomodações, o que pode comprometer seu desempenho acadêmico.

Além das dificuldades materiais, Zago (2006) aponta para a dimensão simbólica da vida universitária, que envolve a construção de uma identidade acadêmica e a superação de barreiras culturais e interpessoais. Para estudantes quilombolas, essa vivência é ainda mais desafiadora, uma vez que os currículos e práticas pedagógicas muitas vezes ignoram suas realidades e necessidades específicas. Nesse sentido, é imprescindível que as universidades revisem suas estruturas curriculares e pedagógicas, garantindo um ambiente mais acolhedor e que valorize a diversidade, a fim de promover uma verdadeira inclusão social e acadêmica.

Portanto, as políticas de cotas e ações afirmativas são passos essenciais para a democratização do ensino superior, mas é fundamental que sejam acompanhadas por medidas que assegurem a permanência dos estudantes, especialmente os quilombolas, nas universidades. Isso inclui tanto a garantia de condições materiais adequadas quanto a promoção de uma inclusão simbólica que reconheça e valorize a diversidade cultural dos estudantes, respeite suas necessidades e contribua para seu sucesso acadêmico e social.

3. Educação quilombola frente às novas conjunturas acadêmicas

O processo educativo brasileiro deve ser orientado pela legislação federal, com diretrizes e normativas estaduais. Os referenciais curriculares nacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), reconhecem que as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos envolvem não apenas conhecimento teórico, mas também a aplicação prática desse conhecimento (Brasil, 2017). Para isso, é essencial considerar as ricas manifestações culturais e as experiências de vida dos estudantes (Arroyo, 2011).

Considerando que a educação é um processo de formação humana inseparável do ambiente, o trabalho educacional nas comunidades quilombolas deve ser compreendido como historicamente situado. As mudanças ao longo da história permitiram à humanidade aprimorar suas condições de vida (Baides *et al.*, 2017).

Assim, as Diretrizes da Educação Quilombola, aprovadas em 2012, após deliberações da Conferência Nacional de Educação, são resultado da luta dos povos do campo pelo direito à educação que respeite seus modos de vida. Essas diretrizes valorizam as tradições, línguas e práticas educacionais das comunidades quilombolas, garantindo o respeito à identidade cultural e à autonomia na organização de seus sistemas de ensino (Brasil, 2012).

Esse documento também reconhece a diversidade cultural, étnica e social das comunidades quilombolas, valorizando suas tradições, línguas e práticas educacionais, bem como garantindo o respeito à identidade cultural e à autonomia das comunidades quilombolas na gestão e organização de seus sistemas de ensino.

Considerando ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), destacamos que é proposta uma educação que leve em consideração o contexto histórico, social e cultural das comunidades quilombolas, promovendo uma aprendizagem significativa e relevante, priorizando o acesso universal à educação e ações afirmativas que garantam a permanência dos quilombolas nos sistemas de ensino, combatendo a evasão escolar e a discriminação e defendem a formação de professores capacitados para atuar nas comunidades quilombolas, com conhecimento das suas realidades e culturas, além de promoverem a valorização das práticas pedagógicas locais (Brasil, 2012). Observa-se que esses documentos mostram que, ao longo dos anos, já existem propostas relevantes para a afirmação de uma educação quilombola.

Outro ponto relevante para o fortalecimento da educação quilombola é a consideração do território quilombola como um espaço educativo privilegiado, integrando o ensino formal às práticas e saberes tradicionais. Busca-se promover o diálogo entre esses saberes e o conhecimento

acadêmico, reconhecendo a importância da interculturalidade para uma educação mais inclusiva e democrática, que promova a igualdade e o respeito à diversidade, fortalecendo as identidades quilombolas no Brasil.

Segundo Moura (2007), as experiências inovadoras em educação quilombola incluem a busca por estratégias de desenvolvimento sustentável, a valorização das tradições culturais dos antepassados, a recriação de tradições no presente e a superação da prática da cultura de subsistência. Além disso, ela destaca o reconhecimento do direito étnico, à inclusão educacional e a importância do conhecimento sobre quilombos nos programas de ensino em todas as escolas.

Essas experiências visam promover a afirmação da identidade do povo brasileiro e a inclusão no currículo da Educação Básica, além de estimular a formação da cidadania e o respeito pela diversidade cultural. Nesse contexto, as escolas desempenham um papel fundamental na formação da identidade quilombola no Brasil, por meio do ensino da história e cultura afro-brasileira. Elas podem, assim, contribuir para a valorização e preservação das tradições quilombolas. Além disso, ao promover a inclusão e o respeito à diversidade, as escolas podem ajudar a fortalecer a autoestima e a identidade dos alunos quilombolas (Brasil, 2021).

Para contribuir também nesse processo, é importante que as escolas ofereçam um ambiente acolhedor e inclusivo, onde os alunos se sintam representados e respeitados, consolidando o papel significativo da instituição de ensino. Experiências inovadoras em educação quilombola, segundo Moura (2007), incluem estratégias de desenvolvimento sustentável e a valorização das tradições culturais, ao mesmo tempo que promovem a inclusão educacional e o respeito à diversidade. Essas experiências visam afirmar a identidade quilombola e promover a cidadania, com as escolas desempenhando um papel fundamental na preservação dessas tradições.

Baides (2017) destaca a importância da colaboração coletiva nas comunidades tradicionais, onde o apoio mútuo é uma característica central. Esse espírito de cooperação se reflete na educação, onde a união entre as gerações é fundamental para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas. No entanto, as dificuldades relacionadas à subsistência, muitas vezes causadas por fatores naturais ou antrópicos, podem desviar o foco da educação como prioridade comunitária.

Esse retrato de colaboração dentro da comunidade se conecta com a necessidade dos mais jovens seguirem um caminho da educação e os mais velhos com a necessidade do trabalho para sobrevivência. Isso ocorre porque, muitas vezes, esse território sofre modificações na forma de subsistência.

De acordo com Vieira Júnior (2019), essas necessidades geram tanto benefícios para comunidade como também desafios, mas isso retrata a triste realidade das

comunidades quilombolas, pois quando essas têm seus meios de produção afetados por motivos antrópicos ou naturais, acabam desviando da construção inicial da comunidade, que, nesse caso, é a educação quilombola. O autor também exemplifica esse desvio inicial da comunidade por ações naturais como um longo período de estiagem, de modo que, muitas vezes, o dinheiro destinado pelo poder público para a construção de escolas, mesmo com meses de atraso, acaba sendo utilizado para o pagamento da mão de obra, garantindo a sobrevivência de muitas famílias. Ademais, o retrato do desenvolvimento tardio é refletido quando esses jovens ou adultos entram na universidade.

Esses desafios refletem a necessidade de políticas e práticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade étnica e cultural das comunidades quilombolas, garantindo o acesso a uma educação de qualidade que respeite, valorize e promova a identidade e os saberes dessas comunidades (Carril, 2017).

Com isso, a educação pode ser um instrumento poderoso para promover a emancipação dos afrodescendentes nos territórios quilombolas, proporcionando uma educação de qualidade que respeite e promova a identidade e os saberes dessas comunidades. As principais dificuldades enfrentadas pelos jovens quilombolas para ingressar no ensino superior incluem a falta de acesso a um ensino público, gratuito e de qualidade, bem como a evasão escolar que afeta significativamente os afrodescendentes, que compõem o maior número de estudantes que se evadem da escolarização completa (Carril, 2017; Lima, 2019).

4. Comunidades quilombolas e produção do conhecimento científico: os desafios para o acesso à Educação Superior

A educação quilombola no Brasil enfrenta uma série de desafios que refletem as desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade brasileira, que perpetuam a marginalização dessas comunidades. Nesse contexto, a educação enfrenta obstáculos que vão desde a falta de acesso à infraestrutura básica até a ausência de políticas específicas que reconheçam e respeitem a cultura e a história dessas comunidades (Carril, 2017).

De fato, as comunidades quilombolas continuam sendo invisibilizadas pelo Estado, reflexo de uma herança colonial que ainda molda as políticas públicas e o acesso a direitos básicos, como a educação. Autores como Paulo Freire (1987) enfatizam a importância de uma educação libertadora, contextualizada e que reconheça a história e a cultura dos oprimidos. No entanto, o que se observa nas comunidades quilombolas é a falta de políticas que integrem suas especificidades culturais e que valorizem seu saber local.

As comunidades têm direito à educação de qualidade para a formação integral que atenda a todas as dimensões do sujeito, visto que educação deve ser um instrumento de libertação do colonialismo, pois se torna fundamental irmos à escola para sermos necessários para a comunidade onde se vive. Conforme Bourdieu e Passeron (1992), a escola, como uma instituição que perpetua a dominação simbólica, muitas vezes reforça a exclusão dessas populações ao não adaptar seus currículos e práticas pedagógicas às realidades quilombolas.

Nesta pesquisa, entrevistamos jovens oriundos de comunidades quilombolas, que tiveram que responder sobre os principais desafios enfrentados ao tentar ingressar no ensino superior. Os depoimentos revelaram desafios significativos no acesso ao ensino superior, refletindo uma série de obstáculos socioeconômicos, culturais e estruturais.

Entre os principais entraves, destacam-se a falta de recursos financeiros, as longas distâncias entre as comunidades quilombolas e as instituições de ensino, além da insuficiência de políticas públicas voltadas à inclusão desses jovens. Muitos enfrentam dificuldades relacionadas à falta de apoio educacional adequado durante a educação básica, o que resulta em uma preparação deficiente para os exames de ingresso ao ensino superior. O entrevistado E2 afirma que é necessário promover políticas que ofereçam "facilidade de acesso e condições financeiras" aos estudantes quilombolas e de outras populações do campo.

Além disso, a pesquisa aponta a persistência do racismo institucional e da invisibilidade histórica das comunidades quilombolas, fatores que desmotivam e desencorajam esses jovens. De acordo com Carril (2017), a ausência de uma educação que valorize a cultura quilombola e promova a igualdade racial contribui para a exclusão desses sujeitos.

Tanto os materiais bibliográficos quanto os depoimentos tomados, ressaltam a necessidade de proporcionar às comunidades uma educação de qualidade que não apenas transmita conhecimento, mas também promova uma formação holística, abrangendo todas as dimensões do indivíduo. Um dos jovens entrevistados afirmou que é necessário "estimular a formação no ensino médio, diminuir a evasão escolar e garantir um ensino público de qualidade (E1).

Nesse sentido, Santos (2023) corrobora que a educação se configura como um instrumento de libertação do colonialismo, pois o acesso a uma educação completa e de qualidade pode contribuir para dismantlar as estruturas coloniais que historicamente oprimem estas comunidades. A ideia de que "irmos à escola" é fundamental para sermos "necessários para a comunidade onde se vive" destaca a importância da educação não apenas para o desenvolvimento pessoal, mas também para a capacitação

das pessoas a contribuírem de maneira significativa para o bem-estar e o progresso de suas comunidades (Santos, 2023). Outra questão abordada com os jovens quilombolas foi sobre o preparo escolar no Ensino Médio. Em suas respostas, os jovens afirmaram que não receberam preparo suficiente para ingressarem no Ensino Superior e tiveram que procurar em outras fontes. A partir de seus relatos, emerge uma visão crítica sobre as desigualdades educacionais no Brasil e a necessidade urgente de políticas afirmativas que garantam o direito à educação de qualidade para todos. Um deles sugere que seja criado "um cursinho preparatório nas escolas públicas" (E3), visando rever os subsídios curriculares necessários para as avaliações de acesso ao ensino superior.

Considerando que a educação é um direito fundamental das comunidades, salienta-se a importância de uma educação que transcenda meramente o ensino de conteúdos, visando uma formação que abarque todas as dimensões do ser humano (Baides, 2017).

Além disso, sugere-se que a educação pode desempenhar um papel crucial na libertação das comunidades do colonialismo, fornecendo as ferramentas necessárias para desafiar e superar estruturas opressivas. A ênfase na necessidade de educação para que os indivíduos se tornem úteis e necessários para suas comunidades ressalta a importância não apenas do acesso à educação, mas também do seu impacto positivo no desenvolvimento e na coesão social (Carril, 2017). Entretanto, ainda não se pode afirmar que essa seja a realidade dos jovens oriundos dos quilombos.

Outro desafio apontado pelos jovens foi a distância entre as instituições de ensino e o local de residência, bem como a dificuldade de transporte. Muitos desses jovens vivem em áreas rurais isoladas, o que torna o deslocamento até as escolas e universidades uma jornada longa e difícil. A escassez ou ausência de transporte público adequado agrava ainda mais essa situação, forçando-os a depender de soluções improvisadas ou descontinuar seus estudos. Essa realidade não só compromete o direito à educação, como também perpetua a exclusão social e limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e comunitário. A falta de políticas públicas específicas para a educação quilombola também é um desafio importante, embora existam leis e diretrizes que reconheçam os direitos das comunidades quilombolas, como a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (Brasil, 2003; Lima, 2019).

Ainda há uma lacuna na implementação de políticas educacionais e afirmativas que atendam às demandas dessas comunidades de forma efetiva. Adicionalmente, essa extinção histórica da identidade étnico-cultural dos quilombos também

se reflete na entrada de estudantes no ensino superior, criando processos de marginalização e invisibilidade desses alunos nas instituições de ensino superior. Essa realidade é agravada pela falta de políticas específicas para responder às necessidades educacionais desses grupos, perpetuando ciclos de exclusão e dificultando o acesso a oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Na ausência de compreensão e valorização das tradições e da história, o quilombola nos cursos acadêmicos perpetua o estigma e a discriminação, e impede que esses estudantes sejam representados e valorizados na academia, pois muitos deles ingressam na universidade para construir e perpetuar a herança cultural de sua comunidade, ou seja, para se tornarem necessários a ela (Moura, 2007; Santos, 2023).

A escola surgiu como um meio de documentar a cultura oral das comunidades quilombolas, transformando seus membros não apenas em pessoas importantes, mas necessárias para a comunidade. Esse acontecimento pode ser alcançado por meio do desenvolvimento e implementação de políticas nacionais que reconheçam e valorizem a diversidade cultural desses estudantes e integrem sua história e cultura ao currículo (Moura, 2007; Santos, 2023).

Além disso, o estabelecimento de programas específicos de apoio acadêmico e de orientação para quilombolas poderia ajudar a reduzir as barreiras enfrentadas no ensino superior. Destaca-se a iniciativa do Ministério da Educação em criar o Programa Bolsa Permanência como uma resposta específica para as demandas estudantis de comunidades quilombolas. Esse programa visa reduzir as taxas de evasão de estudantes negros e indígenas de cursos de graduação, oferecendo suporte financeiro. Através desse programa, busca-se não apenas oferecer suporte financeiro, mas também reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural presente no ambiente acadêmico (Feldmann; Libório, 2023).

Outro aspecto importante para a permanência de estudantes quilombolas em universidades é a forma como esses estudantes são acolhidos nas instituições. Além disso, há uma carência de professores capacitados e sensíveis à realidade quilombola. Muitas vezes, os educadores designados para essas comunidades não possuem formação adequada para lidar com as especificidades culturais e históricas dos quilombos, o que pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas e na falta de reconhecimento da identidade e dos conhecimentos tradicionais dos alunos.

É necessário, portanto, ressignificar a formação de professores e funcionários sobre a realidade quilombola, pois isso é crucial para criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo nas universidades. Capacitações que abordem a história e as contribuições dos quilombos para a sociedade brasileira podem desfazer preconceitos e fortalecer o respeito pela diversidade (Feldmann; Libório, 2023).

Para superar esses desafios, é fundamental que sejam implementadas políticas educacionais inclusivas e culturalmente sensíveis, que garantam o acesso à educação de qualidade para as comunidades quilombolas. Isso inclui a construção de escolas adequadas, a formação de professores capacitados, a inclusão de conteúdos que valorizem a cultura e a história quilombola nos currículos escolares, bem como o reconhecimento e o respeito aos conhecimentos tradicionais das comunidades. Além disso, é necessário promover o diálogo e a participação das próprias comunidades quilombolas na formulação e implementação de políticas educacionais que atendam às suas necessidades e aspirações.

Portanto, é urgente a implementação de políticas afirmativas, como cotas raciais e territoriais, e o fortalecimento de programas de apoio financeiro e pedagógico, para que o acesso ao ensino superior seja efetivamente democrático e inclusivo. Somente através de um compromisso conjunto e contínuo será possível superar os desafios históricos de marginalização e construir um futuro mais equitativo e inclusivo no ensino superior.

Considerações finais

As discussões abordadas neste estudo reforçam a urgência de se promover uma educação quilombola que vá além da retórica das políticas públicas e leis, muitas vezes inadequadas ou mal implementadas. O desafio maior não reside apenas na legislação, mas sim na prática educacional e na capacidade das escolas de integrarem, de fato, os saberes tradicionais das comunidades quilombolas em seu cotidiano pedagógico. Para que essa integração ocorra de maneira eficaz, é imprescindível que a formação docente seja contínua e sensível às especificidades culturais desses povos, algo que ainda se configura como uma lacuna significativa no cenário atual.

Além disso, a evasão escolar, um dos principais problemas identificados, evidencia as condições socioeconômicas adversas vivenciadas pelas comunidades quilombolas, o que reforça a necessidade de medidas mais robustas que contemplem tanto o apoio financeiro quanto o psicossocial aos estudantes. Contudo, apenas suprir essas necessidades básicas não será suficiente; é fundamental que as instituições de ensino, em parceria com as comunidades e gestores, promovam um currículo que valorize e reconheça as contribuições culturais e históricas dos quilombolas para a formação de uma sociedade plural.

A partir dessa análise, destaca-se também a importância de integrar a educação quilombola com a produção de conhecimento científico que dialogue com a realidade vivida nessas comunidades, respeitando seus saberes ancestrais. Esse tipo de abordagem pode contribuir para o fortalecimento de uma educação mais inclusiva e equitativa, na qual as demandas dos estudantes quilombolas sejam atendidas de forma mais efetiva.

Diante desse cenário, fica evidente que a infraestrutura física e tecnológica, ainda deficiente, precisa ser reestruturada para garantir que os estudantes quilombolas possam acessar as tecnologias contemporâneas e se inserirem de maneira plena no mundo moderno. Portanto, a luta por uma educação quilombola de qualidade passa pela reformulação das políticas

educacionais de maneira mais séria e comprometida, com o diálogo entre todos os atores envolvidos seja contínuo e genuíno. Somente assim será possível construir uma educação que não só respeite, mas celebre a diversidade cultural do Brasil, permitindo que os estudantes quilombolas se reconheçam como protagonistas de sua história e de seu futuro. ■

Referências

- ALMEIDA, Marcos Carmo de. **Mineração e deslocamento dos ribeirinhos no rio Capim: resignação, resistência e repertório de luta.** Belém: Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Por novas fronteiras de reconhecimento: à modo de apresentação. In: ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo: território em disputa.** São Paulo: Vozes, 2011.
- BAIDES, Beatriz Casado *et. al.* Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília. In: MOLINA, Mônica Castagna *et al.* **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias: Reflexões sobre o Programa Residência Agrária, Volume II.** Brasília: Editora UnB, 2017.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. ISBN: 978-857783-136-4.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 mar. 2024
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB, nº3/2021. Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2021-pdf/168161-pceb008-20/file>. Acesso em: 20 maio 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 abr. 2024.
- CARRIL, Lurdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69 abr.-jun, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017226927>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- FELDMANN, Marina Graziela; LIBÓRIO, Andréia Regina Silva Cabral, Estudantes quilombolas na Educação Superior: políticas afirmativas de acesso e permanência. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 121, p. 1-23, out./dez. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010, p. 492-516.
- JESUS, Gilmara Barbosa de; CARVALHO, Maildes Helena de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Os desafios da educação escolar quilombola. **Educação, Escola e Sociedade**, v. 16, n. 18, p. 1-17, 2022.

- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LIMA, Maria Iveni de. **Educação escolar quilombola nas políticas educacionais: um olhar através dos estudos pós-coloniais**. Anais do II Congresso de pesquisadores/as negros/as do Nordeste. João Pessoa: UFPA, 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Editora Atlas, 2010.
- MOURA, Glória. **A afirmação da identidade nas comunidades negras rurais passa pelo valor da terra e pela especificidade de suas expressões culturais**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- PIZANNI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa** [recurso eletrônico] Santa Maria, RS: UFSM, CTE, UAB, 2022.
- SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- SANTOS, Dayane Brito Reis. Curso de Branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], v. 12, n. 23, p. 31-50, abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3229>. Acesso em: 1º mar. 2024.
- SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação, Salvador, 2009.
- SANTOS, Jucélia Bispo dos. Território, direito e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. **Antíteses**, v. 3, n. 5, jan.-jun., 2010, p. 221-245.
- SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Ano V, n. 10 – 1º Semestre, 2002.
- SILVA, Giselda Shirley; SILVA, Vandeir José da. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 7, n. 2, p. 191–200, 2015. DOI: 10.18224/mos.v7i2.4120. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.
- ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. 2006, vol.11, n.32, p.226-237.